

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período de 22 de janeiro de 2014 a 31 de
dezembro de 2014 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da administração	1 – 12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13 – 14
Balancos patrimoniais	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21 – 42

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no primeiro exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2014. Discorre também, sobre o trabalho que a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport) vem desenvolvendo dentro da concepção de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a BH Airport destaca o processo de transição operacional entre a Concessionária e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), considerada por todos, como um processo transparente e objetivo. Foi dado início ao desenvolvimento do modelo de gestão e governança, através do mapeamento de todos os processos de negócio, de gestão e de apoio; à definição da ideologia central, que integra a visão ampliada de negócio. Foram definidos ainda, as crenças e valores da empresa e estabelecida a política do sistema de gestão integrada e segurança operacional. Foram incorporadas novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez em todo o complexo aeroportuário.

1.2. Apresentação

Perfil Corporativo:

Sede

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves, administrado pela BH Airport, está localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal, que contempla importantes rodovias de acesso à capital do estado, Belo Horizonte.

Fundação

O consórcio AeroBrasil, criado pelas empresas Companhia de Participações em Concessões (CPC) (75%), e pelas operadoras aeroportuárias Munich Airport International Beteiligungs-GmbH (1%) e Zurich Airport International AG (24%), controlada pela Flughafen Zürich AG, foi o vencedor da concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também conhecido como Aeroporto de Confins.

Em conformidade com as regras do Edital do Leilão nº 01/2013, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, as três empresas integrantes do Consórcio Aerobrasil constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), em 22 de janeiro de 2014, denominada Sociedade de Participação do Aeroporto de Confins S/A (SPAC), na forma de sociedade por ações e de acordo com as leis brasileiras. Esta empresa também é denominada como Acionista Privado.

Posteriormente, e ainda de acordo com as regras do edital de licitação, em 10 de março de 2014, a SPAC associou-se à INFRAERO e, juntas, constituíram, também na forma de uma SPE, a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A, que será responsável pela execução do objeto do contrato de concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, por 30 anos, prorrogáveis por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio-financeiro.

O contrato de concessão foi assinado no dia 07 de abril de 2014 e a sua eficácia ocorreu no dia 07 de maio de 2014.

O processo de transferência definitiva do aeroporto para a concessionária foi concluído em 12 de janeiro de 2015, com a assinatura do Termo de Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos-TAD, Anexo 8 ao Edital do Leilão 01/2013.

Considerando que a Munich Airport International Beteiligungs-GmbH trata-se de uma empresa de capital público, era necessária a aprovação das entidades públicas pertinentes para definir se Munich poderia permanecer na composição da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. Desta forma, estava previsto no Acordo de Acionistas da SPAC, que até 30 de junho de 2014, Munich Airport deveria exercer sua opção de compra de 11,5% da participação acionária de Zurich Airport ou vender para esta a totalidade de sua participação. Na referida data, Munich Airport optou por sair da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A .

Insta ressaltar, que a transação em questão foi previamente submetida à aprovação da ANAC, que, por meio do ofício n.º 185/2014/GCON/SER/ANAC, aprovou a transação acionária em 11 de agosto 2014. Em sendo assim, em 20 de agosto de 2014, Munich Airport transferiu suas ações para Zurich Airport, ficando o capital social total e votante do Acionista Privado representado da seguinte forma:



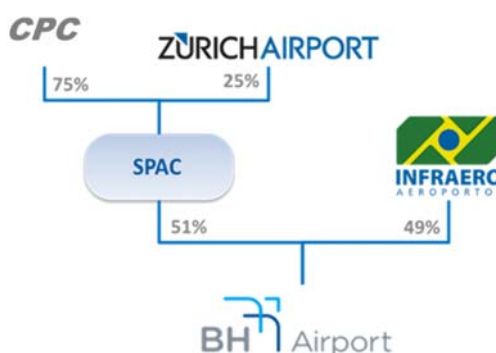
Estrutura Acionária

A Companhia tem como acionistas a Sociedade de Participação no Aeroporto Internacional de Confins S/A (SPAC), com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), com 49%. A SPAC tem como acionistas a Companhia de Participações em Concessões (CPC), com 75%, e a Zurich Airport International AG (ZAIA), com 25%.

A CPC é controlada pela CCR S/A (CCR). A CCR atua no setor de infraestrutura nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços, sendo um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. Em aeroportos, a CCR está presente no capital das concessionárias que operam e administram os aeroportos de Quito (capital do Equador), San José (capital da Costa Rica) e Curaçao. Em concessões de rodovias, a CCR tem participação e/ou controle nas seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN); Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra); Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte); Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos); Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste); Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel Oeste); Concessionária de Rodovias Integradas S/A (RodoNorte); Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias); Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVia), Renovias Concessionária S.A. (Renovias). E ainda tem participação em outras concessões: Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro); Companhia do Metrô da Bahia (Metrô Bahia), Barcas S/A - Transporte Marítimo (Barcas); Concessionária ViaRio S/A (ViaRio); Concessionária do VLT Carioca S/A (VLT Carioca); e também em outras empresas de prestação de serviços.

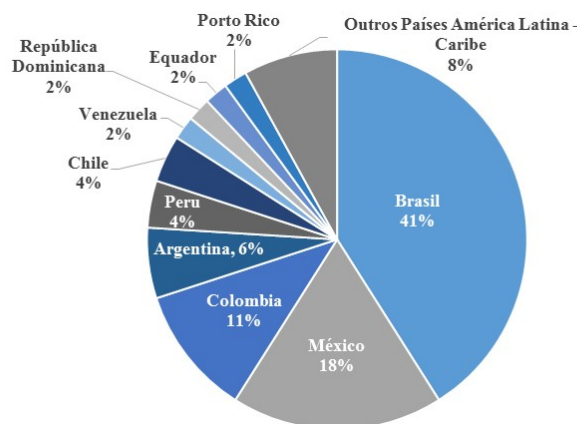
A ZAIA é uma afiliada direta da empresa operadora do Aeroporto Internacional de Zurique na Suíça. Anualmente cerca de 25 milhões de passageiros passam pelo aeroporto, que recebeu vários prêmios de qualidade por suas operações e processos de melhores práticas. Além da concessão em Zurique, a empresa também opera aeroportos na Índia, Curaçao, Chile e Colombia.

A INFRAERO é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em sua área de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades, correlatas ou afins, que lhe forem conferidas pela SAC-PR. Administra, atualmente, 60 aeroportos, 28 Terminais de Logística de Carga e 72 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). É acionista das Sociedades de Propósito Específicos (SPE's) das concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília, Galeão e Confins, detendo 49% do capital de cada uma.



Market-share

De acordo com o relatório anual de tráfego aéreo divulgado pela Airport Council International (ACI) em 2013, o Brasil é o principal país em transporte de passageiros, concentrando 41% do total das movimentações na região da América Latina e Caribe.



No Brasil, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves é o quinto maior do país em transporte de passageiros, o que representa 5,2% do mercado nacional.

Além disso, o Aeroporto possui uma localização geográfica privilegiada na área central do país, apresentando rotas diretas para diversos estados brasileiros, tornando-o um importante *hub* para o transporte aéreo de passageiros e de carga na malha nacional.

De acordo com o relatório publicado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) em 28 de agosto de 2014, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), composta por 34 municípios, é a 3ª maior do país, com uma população residente estimada em 5,8 milhões de habitantes.

Mercados de atuação

A BH Airport atua na prestação de serviço, ampliação, exploração, manutenção e execução de melhorias do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, promovendo desenvolvimento sócio econômico e sustentável no Estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.3. Destaques do Ano de 2014

- Formação da equipe da BH Airport, contemplando profissionais da INFRAERO, CCR, Aeroporto de Bangalore, na Índia, e profissionais do mercado de trabalho.
- Cumprimento de todos os requerimentos de contrato para o ano de 2014, como: a apresentação do seguro garantia, apresentação do Plano de Ações Imediatas (PAI), apresentação do Plano de Transferência Operacional (PTO), apresentação do Plano Geral de Infraestrutura (PGI), apresentação do Plano de Qualidade dos Serviços (PQS) e apresentação dos Projetos de Ampliação.
- Estabelecimento da Política do Sistema de Gestão Integrada (SGI) e Segurança Operacional (SGSO).
- Definição e divulgação da Ideologia Central para todos os colaboradores da BH Airport, composta pela Visão Ampliada do Negócio, Valores e Crenças.
- Elaboração do Planejamento Estratégico da Concessionária, com visão de dois anos, com a participação de toda a liderança da BH Airport, Poder Concedente e representantes dos Acionistas.

1.4. Perspectivas

- Aprovação do Centro de Educação Corporativa da BH Airport em 2015, pela ANAC.
- Implementação do Modelo de Gestão e Governança Corporativa.
- Entrega do Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) para a ANAC.
- Início das obras do Plano de Melhorias da Infraestrutura (PMI), inclusive com a construção do Novo Terminal de Passageiros (TPS 2).

2. Estratégia e Gestão

2.1 Governança Corporativa

A Diretoria da BH Airport é composta por:

- **Paulo Cesar de Souza Rangel** - Diretor Presidente
- **Marcos Brandão** - Diretor Administrativo Financeiro
- **Adriano Gonçalves de Pinho** - Diretor de Infraestrutura

De acordo com a regra estabelecida no Acordo de Acionistas da Companhia, foi indicado e aprovado o nome do Sr. Martin Max Schmidli, para exercer o cargo de Diretor de Operações, em reunião do CAD realizada no dia 02 de dezembro de 2014. No entanto, a eleição do Sr. Martin Max Schmidli ao cargo ficou condicionada à obtenção do visto permanente no Brasil.

O Conselho de Administração da BH Airport é composto por:

- **Ricardo Bisordi de Oliveira Lima** - Presidente do Conselho de Administração
- **Daniel Schmucki**
- **Geraldo Moreira Neves**
- **Juliano Alcantara Noman**
- **Leonardo Couto Vianna**
- **Paulo Roberto Cassoli Mazzali**

O Conselho Fiscal da BH Airport é composto por:

- **Paulo Yukio Fukuzaki**
- **Carl Douglas de Gennaro Oliveira**
- **Edson Antônio Cavalcante**

A Governança corporativa da BH Airport tem como objetivo conduzir, continuamente, a processos decisórios e gestão de qualidade respeitando os interesses de investidores e acionistas.

O modelo de governança é desenhado para promover equilíbrio e igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão, no qual todas as decisões são colegiadas, com a participação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Um exemplo dessa dinâmica é a eleição e destituição para cargos-chave da Companhia. Quem propõe um nome, não confirma e nem aprova o nome proposto. Esse formato permite que a Diretoria e os membros do Conselho estejam em total consonância nas decisões tomadas.

2.2 Gestão de Pessoas

A BH Airport tem como estratégia de gestão de pessoas, estar sempre muito próximo dos seus colaboradores, priorizando o trabalho em equipe, o desenvolvimento e crescimento profissional, compreende a sua responsabilidade de envolver e convidar todos os colaboradores a obtenção de novos desafios e resultados, a viver a ideologia central, que integra a visão ampliada de negócios, valores e suas crenças no dia a dia das suas operações.

A BH Airport prioriza a política de portas abertas em todos os níveis, considera a sua política do sistema de gestão integrada e segurança operacional, como um dos pilares do desenvolvimento da concessionária e dos seus colaboradores e também compreende sua fundamental importância no contexto organizacional, posicionando-se sempre com a visão de:

- Atuar como agente de mudanças e parceira estratégica da liderança, com foco no desenvolvimento integrado da organização, das pessoas e dos processos;
- Ser percebida por todos os colaboradores como responsável pelas oportunidades de aprimoramento e estabelecimento de um ambiente organizacional saudável e integrado;
- Ser protagonista na instituição de um Centro de Educação Corporativa que assegure por meio de sua política de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores e comunidade aeroportuária, a excelência na prestação do serviço público aeroportuário com a mentalidade empresarial.

Em 2014 a área de gestão de pessoas priorizou entender e atender as necessidades de desenvolvimento do ambiente de atuação da BH Airport, sempre alinhadas à ideologia central, a fim de garantir o equilíbrio entre ambas, a disseminação do conceito de aprendizagem contínua, a otimização do cumprimento das legislações e a excelência na prestação do serviço público aeroportuário com a mentalidade empresarial. Neste ano consolidamos a contratação de um efetivo de 318 colaboradores diretos, sendo 42 colaboradores incorporados da estrutura original da INFRAERO. Em 2014, ainda, foram realizados investimentos na ordem de R\$ 309 mil em treinamentos de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores.

2.3 Partes Relacionadas

De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada, com relação à Concessionária e ao Acionista Privado, qualquer pessoa Controladora, Coligada e respectivas Controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade precípua é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista minoritário, que no presente caso é a INFRAERO, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com Parte Relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expreso da mesma.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supra citado, o Acordo de Acionistas e a Política de Contratação com Partes Relacionadas estabelecem alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

Em sendo assim, todo e qualquer contrato firmado pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. com Partes Relacionadas leva em consideração os preceitos legais e, principalmente, aqueles pactuados entre os acionistas e entres estes e o Poder Concedente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Mercado Aeroportuário Brasileiro

O mercado brasileiro de aviação cresceu de aproximadamente 82 milhões de passageiros ao ano para mais de 194 milhões ao ano no período de 2004 à 2013, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 10%, colocando o Brasil entre os cinco maiores mercados de aviação doméstica do mundo (fonte: ANAC). O crescimento da demanda pelo transporte aéreo é baseado em três elementos fundamentais: o crescimento da economia brasileira, que resultou no surgimento de uma nova classe média, com maior poder de compra; a introdução no Brasil do conceito de companhias aéreas *low cost* (de baixo custo), que induziu uma maior competição no sistema aéreo; e a organização de grandes eventos de impacto mundial, cuja publicidade favorece o turismo e o investimento.

Mesmo com todo o crescimento da última década, o Brasil ainda tem uma relação de passageiros aéreos por habitante - cerca de 1,0 passageiro por habitante - muito longe dos países mais desenvolvidos. A União Europeia, por exemplo, teve uma média de 1,6 passageiro por habitante em 2012, segundo dados da Eurostat. Para os próximos 20 anos, as previsões da Airbus (Airbus - Global Market Forecast - Future Journeys 2013 - 2032) são de um crescimento médio anual de 5% a 6% para o mercado doméstico brasileiro e de uma forte expansão da demanda regional dentro da América do Sul. Três dos dez mercados para os quais a Airbus tem perspectiva de maior crescimento a longo prazo incluem a América do Sul principalmente o Brasil.

O Governo Federal, através da Medida Provisória nº 652 de julho 2014, propôs um plano de incentivo para voos regionais. A União irá conceder subvenção econômica para tarifas aeroportuárias e os custos correspondentes ao Adicional de Tarifa Aeroportuária.

3.2 Desempenho Operacional

De acordo com o contrato de concessão, a BH Airport iniciou a operação do Aeroporto a partir do início do estágio 3 da Fase I-A, em 12 de agosto de 2014.

3.2.1 Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais	2014 (*)
Número de Passageiros (Milhares) ¹	4.315
ATM ² (Milhares)	43
Movimentação de Cargas (toneladas)	3.929

(1) incluindo as conexões

(2) *Air Transport Movements* (Movimentos de Aeronaves)

(*) período de 12/08/2014 a 31/12/2014

3.2 Desempenho

Como citado anteriormente, a BH Airport começou a auferir receitas no dia 12 de agosto 2014 e desde então integram os demonstrativos financeiros e contábeis:

Em R\$ mil	2014
Receita líquida	74.874
Receita tarifária	50.575
Receita não tarifária	25.340
Receita de construção (ICPC 01 R1)	6.939
(-) Deduções da receita bruta	-7.980
(-) Custos e despesas (a)	-83.310
Custos de construção (ICPC 01 R1)	-6.939
Demais custos e despesas	-76.371
(-) Resultado financeiro líquido	-28.847
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	12.460
Lucro líquido	-24.823
(+) Resultado financeiro líquido	28.847
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-12.460
EBIT (b)	-8.436
Margem EBIT	-12,42%
(+) Depreciação/amortização	5.301
EBITDA (b)	-3.135
Margem EBITDA	-4,61%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

Receita Tarifária por Segmento		
R\$ Mil	2014 (*)	%
Passageiros	32.615	64,5%
Aeronaves	9.577	18,9%
Cargas	8.383	16,6%
Receita Tarifária	50.575	100%

(*) período de 12/08/2014 a 31/12/2014

Receita Não Tarifária por Segmento		
R\$ Mil	2014 (*)	%
Publicidade	1.942	7,7%
Duty Free	2.388	9,4%
Varejo e Alimentação	3.384	13,4%
Estacionamento	8.453	33,4%
Outras Receitas Comerciais	9.173	36,2%
Receita Não Tarifária	25.340	100%

(*) período de 12/08/2014 a 31/12/2014

3.2.3 Custos e Despesas

Houveram custos e despesas pré-operacionais e contratuais ocorridos antes do dia 12 de agosto de 2014, referentes a contratação de equipe de transição, contratação de consultorias, e obrigações contratuais (seguros e plano de ações imediatas), entre outras despesas.

A partir do dia 12 de agosto de 2014, a BH Airport assumiu todos os custos e despesas do Aeroporto, incluindo os profissionais da INFRAERO à disposição da Concessionária no período de transição da operação.

3.2.4 Resultado Financeiro

Ao final do exercício a Companhia auferiu receita financeira no total de R\$ 23.449. Este resultado é decorrente do saldo em caixa em função dos aportes realizados nos meses de fevereiro e março de 2014, referente à integralização de 50% do capital social mínimo estabelecido no contrato de concessão.

A maior parte das despesas financeiras, por sua vez, referem-se à contabilização da outorga pelo método não executório. O valor ofertado no leilão (21 de novembro de 2013), foi de R\$ 1,820 bilhão.

Resultado Financeiro	
RS Mil	2014
Receitas Financeiras	23.449
Rendimentos de Aplicações	23.160
Outras Receitas Financeiras	289
Despesas Financeiras	(52.296)
Variação Monetária - Outorga Fixa	(33.938)
AVP - Outorga Fixa	(17.903)
Outras Despesas Financeiras	(455)
Resultado Financeiro	(28.847)

3.2.5 Resultado Líquido

Resultado Líquido	
RS Mil	2014
Receita Líquida Operacional ¹	67.935
Custos e Despesas ¹	(71.070)
EBITDA	(3.135)
Depreciação e Amortização ²	(5.301)
Resultado Financeiro Líquido	(28.847)
Resultado antes Impostos	(37.283)
Impostos sobre o Lucro	12.460
Resultado Líquido	(24.823)

(1) Excluindo as Receitas de Construção.

(2) Excluindo os Custos de Construção e Depreciação e amortização.

(3) Considerada a Amortização da Outorga Fixa.

4. Sustentabilidade

4.1 Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

A BH Airport, durante o seu primeiro ano de operação, já iniciou dois projetos visando o aprimoramento do Capital Social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o *Projeto Avança Judô* e *Projeto Minas de Sonhos*.

Avança Judô é uma ferramenta de inclusão social através do esporte, promovida e coordenada pela Confederação Brasileira de Judô - CBJ e integrada aos programas sociais da BH Airport, que visa a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver, através do esporte, o seu potencial como pessoas e cidadãos.

Minas de Sonhos desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas, esportivas, visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida; cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da BH Airport com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Vespasiano, Confins e Lagoa Santa, e o SESI.

Além dos programas sociais citados, a BH Airport ofereceu a crianças e adultos, nas cidades próximas ao Aeroporto de Confins, a oportunidade de conhecerem dois projetos culturais apoiados pela CCR:

O projeto *Cine em Cena* é uma sala de cinema itinerante que exhibe filmes nacionais e internacionais gratuitamente em periferias e cidades com acesso restrito ao equipamento cultural.

Buzum! Com três anos de existência este projeto viaja de ônibus por todo o país para levar teatro às crianças numa abordagem lúdica e educativa.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A BH Airport tem o compromisso de valorizar o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, por meio de plano de carreira, que contempla o Programa de Desenvolvimento da Liderança, partindo do autoconhecimento e da expansão da perspectiva da liderança e gestão para então, focar em táticas para obter o melhor desempenho da equipe.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

Atualmente a empresa possui um programa sócio ambiental, no qual os resíduos recicláveis gerados no complexo aeroportuário são doados para uma associação de catadores do Município de Lagoa Santa.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves conquistou o 1º lugar em duas das oito categorias do Prêmio Boa Viagem – Edição Copa do Mundo FIFA 2014, promovido pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e com a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO). O objetivo do prêmio é reconhecer os aeroportos que ofereceram as melhores instalações e equipes no atendimento ao público durante o evento.

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte conquistou o primeiro lugar em duas categorias: melhor atendimento ao turista e melhor controle migratório. A votação é realizada pela internet e reuniu neste ano cerca de 12 mil entrevistas com passageiros entre os dias 4 e 21 de junho nos seguintes aeroportos: Manaus, Salvador, Recife, Confins, Guarulhos, Congonhas, Galeão, Santos Dumont, Fortaleza, Natal, Brasília, Cuiabá, Porto Alegre, Curitiba e Viracopos. O prêmio foi criado em 2013 para estimular a melhoria da prestação de serviços nos aeroportos brasileiros e, em consequência, aumentar o nível de satisfação dos passageiros.

No período da Copa do Mundo, a INFRAERO ainda era a responsável pela operação do aeroporto, apoiada pela BH Airport que pôde contribuir com a execução das obras previstas no PAI (Plano de Ações Imediatas) e no suporte à operação do aeroporto.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para a transição operacional entre a Concessionária e a INFRAERO, considerada por todos, como um processo transparente e objetivo.

5.2 Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

5.3 Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras emitido nesta data, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Confins, 25 de março de 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins – MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 22 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 22 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de 22 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8



João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC n°1 SP 246752/O-6

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balanço patrimonial

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2014</u>		Nota	<u>2014</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	268.005	Fornecedores	13	6.048
Contas a receber	7	26.085	Contas a pagar - partes relacionadas	10	8.486
Despesas antecipadas		427	Impostos e contribuições a recolher	14	2.052
Impostos a recuperar	8	10.259	Obrigações sociais e trabalhistas		4.721
Outros créditos		<u>2.992</u>	Obrigações com o Poder Concedente	15 (a) (b)	67.784
			Outras contas a pagar	16	<u>10.357</u>
Total do ativo circulante		<u>307.768</u>	Total do passivo circulante		<u>99.448</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Obrigações com o Poder Concedente	15a	<u>1.056.902</u>
Impostos diferidos	9b	<u>12.460</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.056.902</u>
		<u>12.460</u>			
Imobilizado	11	3.466	Patrimônio líquido		
Intangível	12	1.071.303	Capital social	17a	263.470
		<u>1.087.229</u>	Prejuízos acumulados		<u>(24.823)</u>
Total do ativo não circulante			Total do patrimônio líquido		<u>238.647</u>
Total do ativo		<u>1.394.997</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.394.997</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2014</u>
Receita líquida	18	74.874
Custos dos serviços prestados		
Serviços		(26.328)
Custo com pessoal		(15.007)
Custo de construção		(6.939)
Depreciação e amortização	11 e 12	(5.254)
Custo da outorga		(3.725)
Seguros contratuais		(1.538)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.667)
Outros		(1.476)
		<u>(61.934)</u>
Resultado bruto		12.940
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal		(10.760)
Serviços		(5.909)
Materiais, equipamentos e veículos		(744)
Depreciação e amortização	11 e 12	(47)
Outros		(3.916)
		<u>(21.376)</u>
Resultado bruto		(8.436)
Resultado antes do resultado financeiro		(8.436)
Despesas financeiras	19	(52.296)
Receitas financeiras	19	23.449
		<u>(37.283)</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.283)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9b	12.460
		<u>(24.823)</u>
Prejuízo líquido do período		(24.823)
Prejuízo líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,0471)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2014</u>
Prejuízo líquido do período	(24.823)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(24.823)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Capital Social</u>		Prejuízos	
	Nota	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
Subscrição e integralização de capital	17a	526.940	(263.470)	-	263.470
Prejuízo do período		-	-	(24.823)	(24.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>526.940</u>	<u>(263.470)</u>	<u>(24.823)</u>	<u>238.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do exercício	(24.823)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.460)
Depreciação e amortização	5.301
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	33.938
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	17.903
	<u>44.682</u>
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) redução dos ativos:	
Contas a receber	(26.085)
Impostos a recuperar	(10.259)
Despesas antecipadas e outros créditos	(3.419)
Aumento (redução) dos passivos:	
Fornecedores	6.048
Contas a pagar - partes relacionadas	8.486
Obrigações sociais e trabalhistas	4.721
Impostos e contribuições a recolher	7.067
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(5.015)
Obrigações com o poder concedente	3.726
Outras contas a pagar	10.357
	<u>15.486</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>15.486</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(4.010)
Adições ao ativo intangível	(6.941)
	<u>(10.951)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.951)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	263.470
	<u>263.470</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>263.470</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>268.005</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período 22 de janeiro (data de constituição)	-
No final do período	268.005
	<u>268.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do valor adicionado

para o período compreendido entre 22 de janeiro de 2014 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>
Receitas	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	82.854
Insumos adquiridos de terceiros	
Custos dos serviços prestados	(31.060)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.609)
Outros	<u>(6.940)</u>
Valor adicionado bruto	<u>33.245</u>
Depreciação e amortização	<u>(5.301)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>27.944</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	<u>23.449</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>51.393</u>
Distribuição do valor adicionado	
Empregados	
Remuneração direta	(20.687)
Benefícios	(2.196)
FGTS	(539)
Outras	(330)
Tributos	
Federais	3.810
Municipais	(277)
Remuneração de capitais de terceiros	
Juros	(34.047)
Aluguéis	(322)
Outorga	(21.628)
Remuneração de capitais próprios	
Prejuízo do período	<u>24.823</u>
	<u>(51.393)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários a execução das atividades compreendidas no objeto social e a execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia MG-10 Km 09, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Concessionária; que ocorreu em três etapas:
 - Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a concessionária apresentou a ANAC o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrando em 02 de junho de 2014.
 - Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da concessionária até o dia 11 de agosto de 2014.
 - Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da INFRAERO devendo estes prestar esclarecimentos e informações necessárias, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão. O contrato de concessão foi assinado em 07 de abril de 2014.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para o período apresentado nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do período.

c) Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

- i. **Receitas de Serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, sendo registrada no momento da prestação do serviço.
 - i. **Receita de serviços tarifários:** São aqueles incidentes sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto, tais como: tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
 - ii. **Receitas de serviços não tarifários:** São referentes a exploração de outras atividades no Aeroporto, como cessão de espaços concedidos, estacionamentos, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente ou contrato de concessão e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios.
- ii. **Receitas de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital Social – Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”.
- Direito de outorga conforme descrito no item “n”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) *Direito da concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº. 15), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

o) *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidade de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente as ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(d)

- a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 25 de março de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 9b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as aplicações financeiras e (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão e tarifas.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia, avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>
Caixa e bancos	1.308
Aplicações financeiras	<u>266.697</u>
	<u>268.005</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101% do CDI, equivalente a 10,88% ao ano.

7. Contas a receber

	<u>2014</u>
Circulante	
Receitas tarifárias (a)	24.690
Receitas não tarifárias (b)	<u>1.395</u>
	<u>26.085</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2014</u>
Créditos a vencer	<u>26.085</u>

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;

(b) Créditos a receber decorrentes de créditos de receitas como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

8. Impostos a recuperar

	<u>2014</u>
Circulante	
IRPJ e CSLL	5.625
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>4.634</u>
	<u>10.259</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(37.283)
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	12.676
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(227)
Despesas com brindes e associações de classe	(59)
Despesas indedutíveis	(4)
Outros ajustes tributários	<u>74</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	12.460
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>12.460</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2014</u>
Bases ativas	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	1.858
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei n°. 11.638/07	2.407
Provisão para fornecedores	2.714
Direito de outorga	4.678
Provisão para participação nos resultados (PLR)	398
Outros	<u>405</u>
	<u>12.460</u>
Ativo diferido líquido	<u>12.460</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.858, de 2019 em diante.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício de 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e profissionais chave da administração.

	2014	
	Transações	Passivo
	Serviços prestados	Fornecedores
Controladoras		
Infraero (a)	9.911	3.452
Zurich Airport (b)	5.292	<u>5.034</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2014		<u>8.486</u>
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>15.203</u>	<u>8.486</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	2014
Remuneração (c)	
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.052
Outros benefícios:	
Previdência privada	121
Seguro de vida	<u>6</u>
	<u>2.179</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2014
Remuneração dos administradores (c)	<u>248</u>

Na AGE realizada em 10 de março de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.600, a qual não inclui os encargos sociais.

- (a) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da INFRAERO alocada no Aeroporto, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do Contrato de Concessão;
- (b) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014; e
- (c) Contempla o valor total da remuneração fixa atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014		
		Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	405	(20)	385
Máquinas e equipamentos	18	868	(21)	847
Veículos	20	301	(19)	282
Imobilizações em andamento	-	1.952	-	1.952
		<u>3.526</u>	<u>(60)</u>	<u>3.466</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	2014			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	-	398	7	405
Máquinas e equipamentos	-	83	785	868
Veículos	-	272	29	301
Imobilizações em andamento	-	3.257	(1.305)	1.952
	-	<u>4.010</u>	<u>(484)</u>	<u>3.526</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação

	2014		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	-	(20)	(20)
Máquinas e equipamentos	-	(21)	(21)
Veículos	-	(19)	(19)
	-	<u>(60)</u>	<u>(60)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	2014		
		Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	6.941	-	6.941
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	484	(8)	476
Direito de outorga	(a)	1.069.119	(5.233)	1.063.886
		<u>1.076.544</u>	<u>(5.241)</u>	<u>1.071.303</u>

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	2014			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (c)	-	6.941	-	6.941
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	484	484
Direito de outorga	-	1.069.119	-	1.069.119
	-	<u>1.076.060</u>	<u>484</u>	<u>1.076.544</u>

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

(c) Refere-se a intangível em andamento.

Movimentação da amortização

	2014		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	(8)	(8)
Direito de outorga	-	(5.233)	(5.233)
	-	<u>(5.241)</u>	<u>(5.241)</u>

13. Fornecedores

	2014
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	5.908
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	53
Cauções e retenções contratuais	87
	<u>6.048</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos e contribuições a recolher - Circulante

	<u>2014</u>
COFINS a recolher	752
ISSQN Retido	500
INSS Retido	250
PIS, COFINS e CSLL Retidos	209
IRRF	178
PIS a recolher	163
	<u>2.052</u>

15. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	<u>Valor Presente</u> <u>(Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>
	<u>2014</u>	<u>2014</u>
Circulante	64.058	64.992
Não circulante	1.056.902	1.884.788
	<u>1.120.960</u>	<u>1.949.780</u>

	<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal</u>
2015	64.058	64.992
2016	61.422	64.993
2017	58.903	64.993
2018	56.488	64.993
2019 em diante	880.089	1.689.809
	<u>1.120.960</u>	<u>1.949.780</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, vencendo-se a 1ª em 06 de maio de 2015, cujo montante será reajustado anualmente conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária.

	<u>2014</u>
Circulante	3.726
	<u>3.726</u>

A contribuição variável é liquidada anualmente. O 1º vencimento será em 06 de maio de 2015.

c. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 3.255.000 (conforme estudo de viabilidade da ANAC) em 31 de dezembro de 2014.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio

16. Outras contas a pagar

	<u>2014</u>
Adiantamento de clientes	455
Repasse de taxas aeroportuárias a terceiros (a)	2.809
Provisão a fornecedores	5.671
Provisão convênio Corpo de Bombeiros	1.361
Outras contas a pagar	61
	<u>10.357</u>

(a) Taxas adicionais sobre as tarifas aeroportuárias, conforme determinado pela ANAC.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 526.940, compostos por 526.940.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que R\$ 263.470 estão integralizados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações da Companhia estão distribuídas conforme abaixo:

	Participação acionária	Quantidade de ações (em unidades)
SPAC	51,0%	268.739.400
INFRAERO	49,0%	258.200.600
		<u>526.940.000</u>

18. Receitas

	2014
Receitas tarifárias (a)	50.575
Receitas não tarifárias (b)	25.340
Receitas de construção	<u>6.939</u>
Receita bruta	82.854
Impostos sobre as receitas	(6.566)
Receitas canceladas	<u>(1.414)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(7.980)</u>
Receita líquida	<u><u>74.874</u></u>

(a) Receitas decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;

(b) Receitas decorrentes de estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2014</u>
Despesas financeiras	
Variação monetárias sobre obrigações com o Poder Concedente	(33.938)
Reversão do ajuste a valor presente - Outorga Fixa	(17.903)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(455)</u>
	<u>(52.296)</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	23.160
Outras receitas financeiras	<u>289</u>
	<u>23.449</u>
Resultado financeiro	<u>(28.847)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2014		
	Valor justo através do resultado	Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos			
Aplicações financeiras	266.697	-	-
Contas a receber	-	26.085	-
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(16.405)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(8.486)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.124.686)
	<u>266.697</u>	<u>26.085</u>	<u>(1.149.577)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, fornecedores, contas a pagar - partes relacionadas e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2014
Aplicações financeiras	266.697

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 1.386.510;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 10.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 6.000;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 459.572;
- Seguro garantia – R\$ 255.849
- Seguro veículos – R\$ 3.735

22. Plano de previdência privada

a. Contribuição definida

Os montantes reconhecidos como despesas em 2014, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	280

23. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício de 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2014</u>
Obrigações com o Poder Concedente	<u>(1.069.119)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u><u>(1.069.119)</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>1.069.119</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>1.069.119</u></u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 22 DE
JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel	Diretor Presidente
Marcos Brandão	Diretor Administrativo-Financeiro
Adriano Gonçalves de Pinho	Diretor de Infraestrutura
René Wilhelm Baumann	Diretor Comercial

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki
Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Edson Antônio Cavalcante

Composição do Conselho de Administração

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima
Presidente do Conselho de Administração

Daniel Schmucki
Geraldo Moreira Neves
Juliano Alcantara Noman
Leonardo Couto Vianna
Paulo Roberto Cassoli Mazzali

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 “S” MG